



### Ata da Primeira Reunião da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de 2021

A reunião iniciou-se com Ana Paula agradecendo a presença dos membros e enaltecendo a importância da Comissão no projeto de Gestão Documental.

Seguiu falando que a reunião tinha como propósito a apresentação e deliberação de um decreto municipal, elaborado pela equipe do Arquivo Público, que regulamenta e dá diretrizes para digitalização e eliminação de documentos no âmbito municipal. Relatou que, para elaboração do mesmo, o arquivo contou com o auxílio do Arquivo Público do Estado de São Paulo e também estudou com cautela os novos regimentos que regulamentam o tema.

Em seguida, mencionou uma possível contratação do CETEFE (Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial), para realizar um piloto de Gestão Documental no setor de Licitação. Essa associação é um grande projeto social de inclusão do PCD no mercado de trabalho e oferece o serviço de digitalização para aplicação de Gestão Documental, a um custo menor de mercado, fornecendo mão de obra qualificada, tecnologias e scanners.

Após esclarecimentos, houveram dúvidas sobre a inserção de documentos digitalizados no GED, se deveria ser interrompida ou não, onde Ana Paula respondeu que as rotinas já realizadas pelas áreas deveriam continuar, apesar de futuramente haver a necessidade de adequações, e frisou que, para um documento digital ter validade legal, era preciso algumas exigências e principalmente a certificação digital nos padrões da ICP-Brasil.

Ana Paula seguiu com a leitura do Decreto supracitado, explicando parágrafo à parágrafo. Ao encerrar, foi pedido uma "votação" aos membros, sobre quem estava de acordo com o mesmo, onde ninguém se opôs e em seguida, a Dra Débora Passarela, membro suplente da Comissão, solicitou que o arquivo enviasse à Divisão de Assuntos



# Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia

Divisão de Arquivo Público Municipal



ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL  
"DR. ANTÔNIO AUGUSTO REIS NEVES"

Jurídicos, uma cópia do Decreto para avaliação legal e deliberação do mesmo.

Ana Paula pediu aos membros que estudassem o Decreto e a Tabela de Temporalidade respectiva à área, que seriam enviados por e-mail e, assim, encerrou-se a reunião.

Olímpia, 19 de novembro de 2021.

Camila Frugis Gonzalis Lima

Divisão de Arquivo Público